



Termo de Referência

Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO NOS JOGOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TERESINA(JET's) NAS MODALIDADES ATLETISMO, BADMINTON, TÊNIS DE MESA, FUTSAL, VOLEIBOL, VOLEI DE PRAIA, JUDÔ, HANDEBOL E BASQUETE, QUEIMADA E NATAÇÃO E CIRCUITO SEMEC DE XADREZ.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Este Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços com vista a eventual Aquisição de Materiais Esportivos, Equipamentos e Uniformes, para o bom cumprimento das atividades que constam no calendário anual da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, conforme Estudo Técnico Preliminar, ID [14050149](#)., bem como as especificações e quantidades contidas no item 1.1:

1.1 DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TIPO	QUANT.	CÓDIGO E-GOVERNE	CÓDIGO CATMAT	MÉDIA DE PREÇO	VALOR ESTIMADO TOTAL
MATERIAIS ESPORTIVOS								
AMPLA CONCORRÊNCIA								
1.	Camiseta em malha 100% Poliamida - Dryfit, tamanhos variados.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	4.800	49742	604553	R\$ 39,51	R\$ 189.648,00
COTA RESERVADA PARA MES, MEIS E EPPS								
2.	Camiseta em malha 100% Poliamida - Dryfit, tamanhos variados.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	1.200	49742	604553	R\$ 39,51	R\$ 47.412,00
COTA EXCLUSIVA PARA MES, MEIs e EPPs								
3.	Bola para futsal Max. 200, material poliuretano, 400g e 440g costurada, circunferência, 62 cm a 64 cm e com chancela da Confederação Brasileira de Futsal.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	30	23081	480256	R\$ 280,96	R\$ 8.428,80
4.	Bola de Futebol de Campo Oficial com a chancela CBF feminina, material poliuretano, peso cheia 410 a 450 g, características adicionais câmara de butil, miolo removível e lubrificado, circunferência 68 a 70 cm.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	41912	480257	R\$ 299,47	R\$ 5.989,40
	Bola de Futebol de Campo Oficial com a chancela CBF masculino, material poliuretano, peso cheia 410 a 450 g,		MATERIAL DE CONSUMO					

5.	características adicionais câmara de butil, miolo removível e lubrificado, circunferência 68 a 70 cm.	Und		20	41913	480257	R\$ 296,31	R\$ 5.926,20
6.	Kit de Bolas de Tênis de Mesa três estrelas em material plástico, cor laranja, com 6 unidades	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	46072	450272	R\$ 56,72	R\$ 567,20
7.	Tubo de peteca oficial de nylon para Badminton	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	43355	363479	R\$ 169,10	R\$ 3.382,00
8.	Bola oficial para Handebol, Suécia Ultra Grip Feminina com a chancela da CBHb, circunferência entre 50-52 cm e pesa 290 - 330g.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	15	39614	235480	R\$ 318,66	R\$ 4.779,90
9.	Bola oficial para Handebol, Suécia Ultra Grip Masculina com a chancela da CBHb, circunferência 50-52 cm e 290 -330g.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	15	41906	450234	R\$ 328,03	R\$ 4.920,45
10.	Bola oficial para Voleibol, com chancela da CBV, peso entre 260 e 280 gramas, medindo de 65 a 67 centímetros de circunferência para atender às normas da FIVB(Federação Internacional de Voleibol), a pressão deve ficar entre 294 (4,3 lbs) e 318 milibares (4,7 lbs).	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	12468	235480	R\$ 552,73	R\$ 11.054,60
11.	Bola para iniciação esportiva em handebol, Nº 10, confeccionada em borracha macia	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	16871	466237	R\$ 61,35	R\$ 1.227,00
12.	Bola de basquete masculina oficial CBB	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	23087	375639	R\$ 127,37	R\$ 2.547,40
13.	Bola de Vôlei de Praia, com chancela da CBV	Und	MATERIAL DE CONSUMO	20	25581	399575	R\$ 323,93	R\$ 6.478,60
14.	Cronômetro digital esportivo multifuncional com bateria	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49730	254237	R\$ 161,50	R\$ 1.615,00
15.	Fita de demarcação para vôlei de areia. Composição: Fio Polipropileno (Seda) trançado com tratamento UV, 4 cm de largura; Com ilhoses e ganchos para fixação	Und	MATERIAL DE CONSUMO	3	46075	486254	R\$ 169,41	R\$ 508,23
16.	Bomba de ar para encher bola de dupla ação	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	48948	480265	R\$ 58,76	R\$ 587,60
	Placar de Mesa 31		MATERIAL DE				R\$	

17.	Pontos	Und	CONSUMO	5	16882	480258	217,37	R\$ 1.086,85
18.	Conjunto: Colchão, poste e sarrafo para salto em altura atletismo.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	5	49731	302990	R\$ 3.760,23	R\$ 18.801,15
19.	Bolsas para bolas personalizadas com logo dos JET'S 2026	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49732	240870	R\$ 126,72	R\$ 1.267,20
20.	Squeeze em plástico, 500ml, com logomarca JET's 2026/SEMEC/PMT, em serigrafia personalizada.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	600	48925	462585	R\$ 16,78	R\$ 10.068,00
21.	Troféus MDF 6mm, PVC e Acrílico dourado, 30cm L x 60cm C x 30cm A, base retangular com gravação personalizada.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	30	49733	457588	R\$ 191,06	R\$ 5.731,80
22.	Troféus MDF 6mm, PVC e Acrílico, prata, 30cm L x 60cm C x 30cm A, base retangular com gravação personalizada.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	30	49734	457588	R\$ 188,08	R\$ 5.642,40
23.	Troféus MDF 6mm, PVC e Acrílico, bronze, 30cm L x 60cm C x 30cm A, base retangular com gravação personalizada.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	30	49735	457588	R\$ 180,06	R\$ 5.401,80
24.	Medalhas esportivas em metal com relevo formato recortado, Diâmetro: 70 mm com fita personalizada logo JET's 2026, com banho bronze.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	500	49736	624346	R\$ 19,07	R\$ 9.535,00
25.	Medalhas esportivas em metal com relevo formato recortado, , Diâmetro: 70 mm com fita personalizada logo JET's 2026, com banho prata.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	500	49737	624346	R\$ 20,10	R\$ 10.050,00
26.	Medalhas esportivas em metal com relevo formato recortado, , Diâmetro: 70 mm com fita personalizada logo JET's 2026, com banho dourado.	Und	MATERIAL DE CONSUMO	500	49738	624346	R\$ 21,43	R\$ 10.715,00
27.	Camisa gola careca, cor branca, tamanhos variados - Equipes de Apoio e arbitragem, logomarca dos JET's 2026 SEMEC/PMT	Und	MATERIAL DE CONSUMO	300	49739	631564	R\$ 26,90	R\$ 8.070,00
28.	Bandeiras com a identificação das escolas participantes em tecido oxford (100cm x ,50cm)	Und	MATERIAL DE CONSUMO	61	49740	463182	R\$ 50,71	R\$ 3.093,31

	para evento de abertura dos JET's 2026							
29.	Banner vertical em lona (1,5m x 5m) para identificação das modalidades (02 unds) e das etapas do Circuito SEMEC de Xadrez (02 unds).	Und	MATERIAL DE CONSUMO	4	49741	486598	R\$ 715,80	R\$ 2.863,20

MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS

30.	Caixa de Luva Descartável Latex tamanho G (10 Unidades)	Und	MATERIAL DE CONSUMO	2	35914	264817	R\$ 21,98	R\$ 43,96
31.	Ataduras de crepom 12cm	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49743	628397	R\$ 1,77	R\$ 17,70
32.	Compressa de Gaze Estéril Não Aderente 10 Unidades	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49751	622298	R\$ 0,88	R\$ 8,80
33.	Algodão Cremer Hidrófilo Rolo 500g	Und	MATERIAL DE CONSUMO	5	49750	628473	R\$ 6,26	R\$ 31,30
34.	Esparadrapo (tam. Grande) 10cmx5m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	3	3970	631759	R\$ 38,02	R\$ 114,06
35.	Esparadrapo (tam. Médio) 05cm x 4,5m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	3	3970	631776	R\$ 13,25	R\$ 39,75
36.	Fita Micropore 100m x 10m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	3	49744	631747	R\$ 26,91	R\$ 80,73
37.	Gel Massageador Solução Aerossol 120ml	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49749	15660	R\$ 27,77	R\$ 277,70
38.	Soro Fisiológico 500ml	Und	MATERIAL DE CONSUMO	5	40159	268237	R\$ 14,19	R\$ 70,95
39.	Bolsa Térmica Gel (tamanho M)	Und	MATERIAL DE CONSUMO	2	49748	433756	R\$ 25,23	R\$ 50,46
40.	Gelo (2,5kg)	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	49747	217778	R\$ 9,89	R\$ 98,90

MATERIAIS DE EXPEDIENTE

41.	Fita kraft crepado 45cm x 50m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	5	46523	419260	R\$ 18,40	R\$ 92,00
42.	Fita durex 48mm x 40m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	4	17046	626117	R\$ 8,30	R\$ 33,20
43.	Pasta de papel com elástico A4	Und	MATERIAL DE CONSUMO	15	49746	467045	R\$ 4,29	R\$ 64,35
44.	Pranchetas plástica A4	Und	MATERIAL DE CONSUMO	10	6896	401093	R\$ 16,19	R\$ 161,90
45.	Cavalete flip chart quadro branco madeira 1,50m x 0,50m	Und	MATERIAL DE CONSUMO	2	49745	334050	R\$ 135,34	R\$ 270,68

VALOR MÉDIO TOTAL DA PESQUISA

R\$
388.854,53

VALOR GLOBAL : R\$ 388.854,53 (trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Nota Explicativa: No que tange ao CATMAT, considerando a dificuldade de identificação de código específico no Catálogo Eletrônico de Padronização que corresponda exatamente à descrição do objeto, optou-se pela seleção do código cuja classificação apresenta maior compatibilidade com a natureza dos itens descritos na planilha referente ao item 1.1. - Descrição Detalhada do Objeto, uma vez que o catmat é indispensável para disponibilização do processo na plataforma eletrônica, em conformidade com os critérios exigidos pelo sistema Compras.gov.br. Destaca-se que, para fins de licitação, DEVERÁ prevalecer a especificação técnica estabelecida no Termo de Referência.

1.2. Da Classificação dos Bens Comuns:

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 24.007, de 24 de abril de 2023.

1.2.2. O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. Do Tratamento Diferenciado Conferido à ME/EPP/MEI em Contratações e Licitações Públicas

1.3.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por essa razão, parcela de até 20% (vinte por cento) dos quantitativos divisíveis deverá ser **RESERVADA** às MEs, MEIs e EPPs beneficiadas pelo **art. 48, III, LC nº 123/2006**, alterada pela LC nº 147/2014.

1.3.2. A Administração deverá realizar processo licitatório destinado *exclusivamente* à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.3.3. O benefício trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido.

1.3.4. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

1.3.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota ampla concorrência ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.3.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço;

1.3.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.3.8. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota ampla concorrência desde que seja vantajoso para a Administração Pública e que não ultrapasse o preço de referência (valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante art.10, inciso I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

1.3.9. Ademais, por analogia aos mesmos dispositivos, na hipótese de não haver vencedor enquadrado como MEI, ME's e EPP's nos itens de cota exclusiva, recomenda-se a ampliação da competitividade na disputa para todas as empresas do ramo referente ao objeto do certame licitatório, expandindo-se a concorrência com o objetivo de alcançar a melhor proposta, onde a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

1.3.10. É vedada a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme Art. 4º da Lei 14.133/2021;

1.3.11. Os benefícios aos quais se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não serão estendidos a microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante demonstrar observância desse limite na licitação por meio de declaração assinada no Sistema Compras.Gov.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A Divisão de Esportes é parte da Gerência de Assistência ao Educando - GAE/SEMEC e tem como uma de suas principais competências, organizar e executar os Jogos das Escolas Municipais de Teresina - JET's, que são eventos esportivos com várias modalidades, e além disso, faz acompanhamento e fiscalização de Projetos/Programas em parceria com diversas entidades e Organizações da Sociedade Civil -OSC, para o desenvolvimento de ações que beneficiem alunos da rede de ensino público municipal de Teresina, além de fomentar a prática do desporto educacional.

Visando executar metas relativas à competência da Divisão de Esportes da Gerência de Assistência ao Educando, que possui conhecimento técnico necessário, informamos também que não se trata só da realização das atividades previstas, mas, conforme calendário desportivo escolar estadual, a Secretaria Municipal de Educação de Teresina, deve apresentar atletas e equipes selecionados a partir dos JET's, para participar do evento Jogos das Escolas Estaduais do Piauí - JEPI's, que, na sequência, se classificados, representam o estado nos Jogos Escolares Brasileiros - JEB's, que é etapa nacional.

Reforçamos que a prática regular do desporto escolar e de atividades recreativas é contribuição relevante para o estado geral da saúde dos educandos, para minimizar e superar situações de vulnerabilidade e riscos sociais, melhorar a frequência e conjuntamente diminuir a evasão escolar, estimular o cuidado com o condicionamento físico, fortalecer através das atividades o raciocínio lógico, a atenção e concentração, estimular o respeito mútuo, a disciplina, a cidadania e ainda promover a inclusão social das crianças e jovens regularmente matriculados em nossa rede de ensino.

É importante ressaltar também, que conforme consta no Plano Municipal de Educação, decênio 2015 - 2025, na Meta 2; Estratégia 2.13), é interesse desta Secretaria Municipal de Educação de Teresina promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas na escola, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

E ainda, relevante citar a Meta 6. com a Estratégia 6.4, que se refere a fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, assim como a adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais (Meta 6.9).

Tudo isso reforça a necessidade de investir em práticas esportivas, exercício físico e atividades lúdicas para os alunos das escolas da Prefeitura de Teresina, para com isso, contribuir efetivamente para a melhoria da integração da saúde física e mental, como também, para a socialização entre os alunos, com foco no respeito mútuo, cidadania e disciplina.

As propostas aqui apresentadas tem como amparo jurídico, principalmente: Constituição Federal de 1988 - Art. 205 a 214; LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Instituída pela lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 4024/1961; Lei 5692/1971; Lei 9394/1996; Instituído pela emenda constitucional n.º 14, de setembro de 1966; Decreto n.º 2.264, de junho de 1997; Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995; Lei 9424/1996; Emenda Constitucional 53/2006; Lei 11494/2007; Plano Nacional de Educação; Lei 10172/2001 e; Lei 11738/2008.

E, no tocante a Constituição Brasileira, citamos o Art. 17, que garante o fomento de práticas esportivas formais e não formais à população e ainda os Arts. 53 ao 59 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, que tratam também do direito às oportunidades da prática de atividades físicas, de esportes e lazer para crianças e jovens em idade escolar, visando o desenvolvimento integral, inclusive estando expresso no Art. 59, que municípios, com apoio do estado e da união, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para infância e juventude.

Importante ressaltar que com a realização das diversas modalidades oferecidas nos JET's e no Circuito SEMEC de Xadrez, busca-se melhorar os indicadores de aprendizagem integral, visa possibilitar maior proteção e inclusão social a todos os estudantes, em especial os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e pretende avançar na qualidade social da educação brasileira proporcionando mais tempo na escola, mais oportunidade de aprender, mais desenvolvimento integral e mais participação vida comunitária, além de todos os benefícios já citados anteriormente.

Além disso, está estabelecido pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, que os recursos financeiros transferidos serão aplicados exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino (art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/1996).

Também nos cabe expor que a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ministério da Educação e os vários estudos científicos, preconizam e recomendam a aplicação de recursos públicos, de forma justa e necessária, em ações que impactem na saúde física, mental e social de nossos educandos, em especial as aulas de educação física que promovem muitas oportunidades de desenvolvimento nos aspectos anteriormente citados.

Para melhor andamento do processo, anexamos a planilha com material necessário para distribuição, específico para cada modalidade, observando o atendimento das regras oficiais, bem como a quantidade de alunos que serão atendidos em cada evento, de acordo com quadro estatístico de inscrição que consta no Projeto.

Reiteramos sobre o impacto positivo no público a ser atendido em todas as atividades que envolverão as crianças e jovens de 10 a 15 anos, matriculados regularmente na nossa rede municipal de ensino e que serão inscritas nas 13 modalidades ofertadas do desporto escolar.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO conforme Estudo Técnico Preliminar:

As atividades a serem realizadas nas escolas da rede municipal de ensino de Teresina, sejam aulas de educação física, recreação ou em treinos específicos de modalidade, necessitam de materiais de consumo contínuo, dado o desgaste natural durante a execução dos gestos desportivos, durante as atividades e/ou treinos ou partidas oficiais.

Isso é especialmente notável nas modalidades que utilizam bolas e redes, como futsal, voleibol, handebol, basquetebol, tênis de mesa e as petecas, no caso do badminton, que demandam reposição frequente de materiais e equipamentos e observando-se o número de alunos(as) que devem ser atendidos(as) a cada aula, atividade ou treino.

Além disso, a aquisição de materiais esportivos para realização dos JET's é igualmente fundamental, uma vez que a disponibilização de materiais de qualidade contribui significativamente para a motivação dos alunos nas aulas de Educação Física, nos treinos esportivos e na eficiência dos gestos técnicos que devem ser alcançados ao longo do aprendizado para a disputa dos jogos.

No que diz respeito a escolha de materiais, a Divisão de Esportes buscou pesquisar os que atendem às especificações padronizadas das respectivas Confederações Brasileiras de cada esporte, visto proporcionar um melhor desenvolvimento dos gestos técnicos dos alunos, aumentando seu interesse e participação nas atividades propostas, além de favorecer e aperfeiçoar o aprendizado das habilidades esportivas, e ainda, contribuir para a melhoria da saúde geral dos educandos e como consequência, um aumento no engajamento escolar, promovendo uma experiência educacional mais completa e estimulante.

A falta de aquisição de materiais essenciais, como bolas, redes, raquetes, colchonetes, entre outros, conforme detalhado na Planilha de Material (ID [14049498](#)), comprometerá de forma significativa o resultado do aprendizado dos fundamentos técnicos básicos de cada modalidade, pois afeta a execução de atividades a serem desenvolvidas a partir do Projeto Jogos das Escolas Municipais de Teresina - JET's e Circuito SEMEC de Xadrez 2026, visando o desporto educacional.

Vale ressaltar que a grande maioria dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina provém de áreas periféricas e de famílias economicamente vulneráveis, tornando essas experiências esportivas momentos significativos em suas vidas. Essas práticas esportivas para além das aulas de educação física, são uma oportunidade de interação social e de fortalecimento de vínculos, além de desempenharem um papel crucial na redução da evasão escolar, uma vez que os alunos criam expectativas em relação às atividades esportivas e fortalecem suas motivações para a prática do esporte na escola, inclusive fora dos horários da Educação de Física.

Por fim, destacamos que os benefícios decorrentes dessa ação impactam positivamente não apenas na saúde física e mental dos

alunos, mas também em aspectos psicossociais que fortalecem a formação cidadã, como o respeito às regras, ao próximo, aos equipamentos e materiais da escola e aos espaços públicos, além de colaborar no desenvolvimento da disciplina, atenção e concentração. Consideramos que a compra, ora solicitada, trará inúmeros benefícios em diversos aspectos, amparados inclusive por leis, nos âmbitos municipal, estadual e federal, e em conformidade com o desenvolvimento integral de crianças e jovens da cidade de Teresina.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO conforme Estudo Técnico Preliminar:

As atividades a serem realizadas nos JET's e no Circuito SEMEC de Xadrez, necessitam de materiais de consumo contínuo, dado o desgaste natural durante a execução dos gestos desportivos, durante as partidas oficiais que ocorrem em cada modalidade.

Isso é especialmente notável nas modalidades que utilizam bolas, como futsal, voleibol, voleibol de areia, handebol, basquetebol, futebol, basquetebol, tênis de mesa e as petecas, no caso do badminton, que demandam reposição frequente de equipamentos e observando-se o número de alunos(as) que devem ser atendidos(as) a cada partida/jogo.

No que diz respeito a escolha de materiais, a Divisão de Esportes buscou pesquisar os que atendem às especificações das respectivas Confederações Brasileiras de cada esporte, visto proporcionar um melhor desenvolvimento dos gestos técnicos dos alunos, aumentando seu interesse e participação nas atividades propostas, além de favorecer a execução mais eficiente das habilidades esportivas durante as partidas, e ainda, contribuir para um aumento no engajamento escolar, promovendo uma experiência educacional mais completa.

A falta de aquisição de materiais essenciais, como bolas, redes, pesos, dardos, entre outros, conforme detalhado na Planilha de Material anexa a este, comprometerá de forma significativa o resultado esperado na execução dos fundamentos técnicos básicos de cada modalidade, pois afeta a execução durante as disputas, visando evolução técnica no desporto educacional.

Vale ressaltar que a grande maioria dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina provém de áreas periféricas e de famílias economicamente vulneráveis, tornando essas experiências esportivas momentos significativos em suas vidas. A participação nos eventos JET's e Circuito SEMEC de Xadrez, colaboram na motivação para participação nas aulas de educação física, proporcionam oportunidade de interação social e de fortalecimento de vínculos, além de desempenharem um papel crucial na redução da evasão escolar, uma vez que os alunos criam expectativas em relação às atividades esportivas e fortalecem suas motivações para a prática do esporte fora da escola.

Por fim, destacamos que os benefícios decorrentes dessa ação impactam positivamente não apenas na saúde física e mental dos alunos, mas também em aspectos psicossociais que fortalecem a formação cidadã, como o respeito às regras, ao próximo, aos equipamentos e aos espaços públicos, além da disciplina, atenção e concentração. Consideramos que a compra, ora solicitada, trará inúmeros benefícios em diversos aspectos, amparados inclusive por leis, nos âmbitos municipal, estadual e federal, e em conformidade com o desenvolvimento integral de crianças e jovens da cidade de Teresina.

5. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO CONFORME O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

O critério de julgamento por item mostra-se o mais adequado à presente contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em especial em observância aos princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da ampla participação dos licitantes. Considerando que o objeto da contratação é composto por diversos itens de natureza divisível — abrangendo materiais esportivos, materiais de expediente e materiais de primeiros socorros — destinados à realização dos **Jogos Escolares e o Circuito Semec de Xadrez** promovidos por esta Secretaria Municipal de Educação de Teresina, o parcelamento da solução revela-se medida técnica e economicamente recomendável.

Embora os itens possuam características distintas, todos integram uma mesma finalidade administrativa, qual seja, garantir a adequada execução dos Jogos Escolares, evento que demanda suporte operacional diversificado para atender às atividades esportivas, administrativas e de segurança dos participantes. Assim, a divisão da licitação em itens não descaracteriza a unidade do objeto, mas apenas organiza a contratação de forma mais eficiente e compatível com a dinâmica do mercado fornecedor.

Nesse contexto, o parcelamento do objeto em itens autônomos permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas especializadas em segmentos específicos, as quais poderiam não possuir capacidade operacional ou interesse econômico em fornecer a totalidade dos materiais pretendidos. Tal medida concretiza o disposto na Lei nº 14.133/2021, que estabelece o parcelamento como regra sempre que o objeto for tecnicamente divisível e não houver prejuízo ao conjunto da contratação.

Ademais, a adoção do julgamento por item favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que estimula a concorrência entre fornecedores especializados, contribuindo para melhores preços e maior qualidade dos produtos ofertados. Ressalta-se que a individualização dos itens não compromete a padronização necessária ao atendimento dos Jogos Escolares, tampouco ocasiona perda de economia de escala relevante, considerando que os materiais possuem mercados fornecedores distintos, cadeias de fornecimento próprias e especificidades técnicas independentes.

Os itens foram estruturados de forma individualizada, permitindo que os licitantes apresentem propostas e ofertem lances apenas nos itens de seu interesse e capacidade de fornecimento, garantindo maior participação no certame e observância ao princípio da isonomia. Além disso, o parcelamento facilita a gestão contratual e a fiscalização da execução, possibilitando maior controle sobre a entrega dos materiais e melhor adequação às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, conclui-se que o critério de julgamento por item atende plenamente ao interesse público, mostra-se compatível com a natureza divisível do objeto e observa as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, sem acarretar prejuízo técnico, operacional ou econômico à Administração Pública.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO CONFORME O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

O material solicitado para licitação, após cumprimento de todo o rito legal e formalizado o contrato, deverá ser entregue no Almoarifado da SEMEC, localizado à avenida Castelo do Piauí, nº 5040, bairro Buenos Aires, CEP: 64.008-540, Teresina - PI, com prazo máximo para novembro de 2023, de segunda à sexta, no horário de 07:30 às 13:30h.

Os materiais e equipamentos esportivos possuem grande diversidade de marcas e insumos de produção que, embora possam diminuir o custo final, é essencial o controle de qualidade, não se admitindo que eles ofereçam tempo de uso inadequado e/ou interfiram na boa performance dos gestos técnicos, fazendo com que o custo benefício seja fator primordial de análise a partir da qualidade.

Nesse aspecto, salientamos que é importante sempre ter a chancela das entidades nacionais nos produtos solicitados, no nosso caso, as Confederações Brasileiras de cada modalidade esportiva, quando não, a própria entidade internacional, pois assim, geralmente, se garante a qualidade ideal para a performance dos(as) alunos(as)/atletas, nas disputas de jogos das modalidades desenvolvidas, conforme consta no Projeto dos Jogos das Escolas Municipais de Teresina. – JET's e Circuito SEMEC de Xadrez 2026.

A licitante detentora da melhor proposta passará por uma AVALIAÇÃO DOCUMENTAL.

Na fase de execução do contrato, o fornecedor do objeto deverá emitir guias de remessas informatizadas, sem rasuras, contendo informações como o nome da secretaria, endereço completo, produto a ser entregue, unidade, quantidade e marca. Além disso, as guias devem conter data e assinatura do recebedor, carimbo do Almoxarifado onde deverá ser entregue e assinatura do entregador.

O objetivo do presente Termo de Referência é, estudar a melhor solução para este problema e analisar a alternativa mais viável para atender as necessidades apresentadas pela Divisão de Esportes/GAE/SEMEC, que é a aquisição de materiais, equipamentos esportivos e uniformes para as Escolas participantes dos eventos citados acima, como consta no Projeto. Em caso de dúvida, o fornecedor/contratado deve entrar em contato pelo telefone **(86) 99429-0947**, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30h às 13:30h ou por e-mail: **divesportes@semec.pmt.pi.gov.br**. A empresa vencedora deve observar todas as condições previstas no Termo de Referência para atendimento da demanda.

Para cumprimento do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, bem como Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, art. 6º, que dispõe que os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, poderão participar exclusivamente, enquadradas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual, pertencentes ao ramo de atividade compatível com a presente licitação, desde que preencham as condições estabelecidas na legislação sendo-lhes assegurados os direitos conferidos pela Lei Complementar 123/06.

Por analogia ao art. 8º §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.538/2015, na hipótese de não haver vencedor enquadrado como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEI para a cota exclusiva, recomenda-se a ampliação da competitividade na disputa para todas as empresas do ramo referente ao objeto do certame licitatório, expandindo-se a concorrência com o objetivo de alcançar a melhor proposta, onde a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Em atendimento aos preceitos dos mesmos normativos, a cota reservada será de 20% dos quantitativos para lote que ultrapassar o valor de 80 mil reais, respeitadas as medidas de proteção à ME, EPP e MEI, uma vez que o dispositivo de lei que trata da matéria (inciso III do art. 48 da LC nº 123/2006).

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota ampla concorrência ou, diante de sua recusa, remete-se os quantitativos para a disputa aos licitantes remanescentes do certame, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota ampla concorrência, ampliando-se a concorrência com o objetivo de alcançar a melhor proposta, onde a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, de acordo com o art. 8º, §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.538/2015.

Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota ampla concorrência, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço conforme, § 3º, art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015.

A classificação do objeto dessa licitação é de natureza comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021, não se enquadrando como bem de luxo.

Esta Secretaria optou que não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, conforme Termo de Referência posteriormente anexo aos autos, não vislumbrando ser necessário tal instrumento por não haver complicador para o cumprimento do pleito.

Segundo o Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2002/2005 - Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que **a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração** (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010).

Desde modo, verifica-se que o objeto da licitação não possui complexidade, nem dificuldade de fornecimento para justificar a faculdade de subcontratar o objeto, não vislumbrando por esta Secretaria a necessidade de adotar tal prerrogativa, optando assim pelo não uso da subcontratação para a presente licitação.

Acerca da participação de Consórcios no procedimento licitatório, ressalte-se, que a atuação de consórcio dá-se para as licitações de alto vulto, que não é o caso do objeto em apreço. Não poderão participar desta licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente estudo. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

Será adotado o critério de julgamento de menor preço por item, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando o valor médio unitário estabelecido na Planilha Comparativa de Preços, que será posteriormente anexada aos autos.

No que se refere ao procedimento licitatório, observa-se a intenção do legislador em tornar obrigatória a utilização do Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, conforme estabelecido no Art. 28, I, c/c Art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021. Essa escolha se justifica quando o objeto da contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Vantagens da Modalidade Pregão:

- ✓ Agilidade no processo – Redução do tempo médio de contratação.
- ✓ Maior competitividade – Ampliação da participação de fornecedores.
- ✓ Redução de custos – Possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos por meio de lances sucessivos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela necessidade de entregas parceladas e frequentes, obedecendo às especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Estudo e no Termo de Referência, que será posteriormente anexado aos autos. O fornecimento será realizado conforme requisições expedidas pelo setor demandante, garantindo flexibilidade para atender às necessidades das diversas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Destaca-se que essa estratégia está em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda o planejamento das compras públicas e, sempre que possível, a adoção do SRP, evitando a necessidade de novos processos licitatórios a cada aquisição e afastando compras emergenciais e fragmentadas.

Além disso, a SEMEC não está obrigada a adquirir a totalidade dos itens listados no Termo de Referência, uma vez que as requisições de fornecimento serão emitidas conforme a necessidade e conveniência da Administração.

A escolha do Sistema de Registro de Preços e da modalidade Pregão alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. O SRP possibilita a aquisição conforme a demanda, evitando estoques excessivos, o Pregão assegura competitividade e melhores condições comerciais para a Administração.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

7.1 Vedada à participação de Consórcios no procedimento licitatório, ressalte-se, que a atuação de consórcio dá-se para as licitações de alto vulto, que não é o caso do objeto em apreço. Vedada a participar desta licitação de consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

8. DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS:

8.1 Vale ressaltar também, que a escolha desta Secretaria pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no ETP, Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa apresentada no item **10 (Descrição da solução como um todo)** do Estudo Técnico Preliminar – ETP([14050149](#)).

10. DA FORMA, LOCAL E EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DO OBJETO:

10.1. A empresa vencedora no processo licitatório deverá fornecer o objeto da licitação dando garantia de qualidade e validade pelo período indicado no produto, de modo a garantir, sem despesa adicional, à SEMEC, a regularidade e adequação dos serviços prestados, devendo repor o material que apresente defeito de fabricação ou vício oculto.

10.2. A entrega será feita **DIRETAMENTE no ALMOXARIFADO desta Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, localizado à Rua Castelo do Piauí, 5.040, esquina com Rua Oscar Clark, bairro Buenos Aires, Teresina-PI, horários de funcionamento no turno da manhã das 07h:30min às 13h:30min, em dias úteis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do envio pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do presente contrato devidamente assinado.

10.3. O material/produto deverá ser entregue em sua embalagem original contendo as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência e prazo de validade, quando for o caso;

10.3.1. Os produtos em desacordo com a Proposta da Contratada, serão rejeitados pela SEMEC/PMT, obrigando-se o fornecedor a repor no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação pela Contratante.

10.3.2. Todas as despesas necessárias para substituição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da CONTRATADA.

10.4. O fornecedor do objeto deverá emitir guias de remessas, **informatizadas**, sem rasuras, contendo os seguintes itens: nome da CONTRATANTE, endereço completo, itens a serem entregues, unidade e quantidade. Deverá conter também, data e assinatura do recebedor, carimbo e assinatura do entregador.

10.5. A CONTRATANTE emitirá NOTA DE EMPENHO, na qual serão explicitados o número do Contrato, a Contratada, a dotação, o objeto e respectivo valor em consonância com a proposta e o disposto no orçamento.

10.6. Todas as despesas necessárias para substituição ou reposição dos equipamentos e mobiliários porventura entregues em desacordo com o Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

11. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Não serão aceitos protótipos de equipamentos, nem projetos inacabados.

11.2. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

11.3. O produto fornecido deverá ser acondicionado adequadamente e garantida a integridade do mesmo durante o transporte, de acordo com a praxe do fabricante e rotulados conforme a legislação em vigor.

11.4. O produto ofertado deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

11.5. O produto será **entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do envio pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do presente contrato devidamente assinado.

11.6. A entrega será feita **DIRETAMENTE no ALMOXARIFADO desta Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, localizado à Rua Castelo do Piauí, 5.040, esquina com Rua Oscar Clark, bairro Buenos Aires, Teresina-Pi, horários de funcionamento no turno da manhã das 07h:30min às 13h:30min, em dias úteis, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do envio pela Contratante à Contratada, da Nota de Empenho sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta e do presente contrato devidamente assinado.

11.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo estipulado no item 12.5 deste Termo, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo e na proposta.

11.8. Os **produtos poderão ser rejeitados**, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo, **devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.9. Serão **recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.10. Na hipótese de a verificação do que se refere o subitem anterior não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.12. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) fornecer os produtos dando garantia de qualidade e/ou validade, pelo período mínimo determinado pelo fabricante para cada item pretendido na licitação, devendo ser entregues em embalagens individuais devidamente lacradas pelo fabricante do produto, não podendo haver qualquer indício de violação com a garantia de reposição do material que apresente defeito de fabricação ou vício oculto, sem que isto acarrete qualquer despesa adicional à SEMEC.

11.13. Os equipamentos deverão estar acondicionados de forma compatível com a sua conservação, em embalagens de fábrica, lacrados pelo fabricante e transportados em veículos em perfeitas condições técnicas e, para os itens que se fizerem necessários, o produto deverá vir acompanhado também de manual para uso, em Português.

11.14. O mobiliário a ser adquirido no presente Processo Licitatório, deverá ter garantia total contra defeitos de fabricação, contada da data da entrega, de acordo com o prazo estabelecido no item 7.5 deste instrumento, exigindo-se ainda reposição de quaisquer peças ou componentes avariados dentro do período da garantia.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, não permitindo prorrogações.

13. DA ESTIMATIVA DE CUSTO:

13.1. O custo estimado total é de R\$ 388.854,53 (**trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos**), tendo como referência a média de mercado extraída de pesquisas de preços entre empresas do ramo e consultas ao Banco de Preços e Painel de Preços do Ministério da Economia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme art. 17 do Decreto Municipal nº 25.627, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024, uma vez que o certame se trata de Sistema de Registro de Preços.

15. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. A execução e acompanhamento deste instrumento serão fiscalizados pela Gerência de Assistência ao Educando (GAE), a Divisão de Esportes, Entidades designadas pelo FNDE, e pelas Unidades de Ensino (Escola e CMEIS) quando for o caso, através de servidor especialmente designado por meio de portaria para acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observado.

15.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

15.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

15.20.1. Serão realizadas visitas técnicas periódicas aos fornecedores, com o objetivo de diagnosticar eventuais inconformidades e propor as adequações necessárias ao fiel cumprimento do contratual;

15.20.2. Constatado o atraso na entrega dos gêneros alimentícios, a Divisão de Compras, emitirá Aviso de Notificação ao fornecedor, concedendo o prazo de 24h para regularização da entrega. Persistindo a irregularidade, será instaurado processo eletrônico no sistema SEI para formalização da notificação e aplicação das medidas cabíveis.

15.20.3. Será mantido registro fotográfico e documental das não conformidades identificadas nas entregas, que será anexado ao processo de notificação;

15.20.4. As ações de fiscalização serão registradas em relatório específico, que será submetido à autoridade competente para

análise e eventual deliberação.

15.21. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, nos locais de realização dos serviços, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo não previsto nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da SEMEC, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

15.22. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início da realização dos serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Execução de Serviços;
- b) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- c) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- d) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros para a realização dos serviços;
- e) Dar à Secretaria Municipal de Educação imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- f) Relatar oportunamente à Secretaria Municipal de Educação sobre ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- g) Examinar os livros e registros;
- h) Exigir a substituição de empregado que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades do serviço, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;

15.23. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução dos serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

16.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

16.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

16.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;

16.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida à prorrogação motivada, por igual período.

16.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

16.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.14. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes **do Edital e de seus anexos**, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir

dispostas:

17.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.3.Comunicar ao contratante, com pelo menos 2 (dois) dias úteis que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.7.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

17.8.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.9.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

17.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;

17.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

17.22. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

17.23. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

17.24. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

17.25. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

17.26. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

17.27. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.29. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos itens, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua entrega;

17.30. Exigir que seus técnicos ou empregados se apresentem nas dependências das unidades receptoras dos gêneros, devidamente identificados com uniforme e/ou crachás, desde que nos crachás contenham identificação da empresa e do funcionário, bem como fica proibido que seu pessoal fique circulando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho;

17.31. Possuir em seu contrato social ou Estatuto, finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Termo;

17.32. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

17.33. Cumprir as obrigações financeiras e fiscais decorrentes do objeto desta licitação;

18 . CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO :

18.1. Recebimento do Objeto:

18.1.1. O objeto será recebido provisoriamente ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

18.1.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.1.5. [No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.](#)

18.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.

19.2. Liquidação:

19.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

19.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

19.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

19.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

19.2.6. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

19.3. Pagamento:

19.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

19.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

19.3.2.1. Cópia legível do empenho;

19.3.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

19.3.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

19.3.2.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

19.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

19.3.2.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

19.3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações - SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

19.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado (Seção V, conforme art. 67 da IN/SLTI Nº 05/2017);.

19.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

19.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

19.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

19.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.3.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.3.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = I = I = 0,00016438$$

$$(TX) \quad (6/100) \quad TX = \text{Percentual da taxa}$$

$$365 \quad \text{anual} = 6\%.$$

20. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO:

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, em // (DD/MM/AAAA).

20.2. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fara jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

20.3. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

20.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.1.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

20.1.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

20.1.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

20.1.11. convocar o fornecedor visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

20.1.12. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

20.1.13. convocar os demais fornecedores para igual oportunidade de negociação.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho; convocar os demais fornecedores para igual oportunidade de negociação.

20.1.14. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS :

21.1. Da Utilização Da Ata De Registro De Preços

21.1.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido na Legislação Municipal.

21.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

21.1.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

21.1.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem

pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto na Legislação Municipal.

21.1.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.

21.1.6. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, limitado a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

21.1.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.1.8. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:

a) Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório - Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;

b) O Órgão Carona fará o contrato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;

21.1.9. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.

21.1.10. Veda-se à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

22. DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

22.1.1. Compete ao órgão gerenciador:

22.1.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

22.1.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

22.1.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

22.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

22.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR:

23.1.1. O fornecedor do bem poderá ter seu registro de preços cancelado quando:

23.1.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

23.1.1.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.1.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

23.1.2. O cancelamento dos registros, nas hipóteses previstas nos itens 23.1.1.1 e 29.1.1.2., será formalizado por despacho do Órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

23.1.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

23.1.3.1. Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

24. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

24.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo Original;

24.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

25. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

25.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, conforme regulamento, bem como deverá proceder à atualização desses preços.

25.2. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

25.3. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do **índice será o do IGPM - Fundação Getúlio Vargas**, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

26. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas administrativamente caso incorram nas infrações enumeradas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após regular procedimento de apuração.

26.2 O licitante ou contratado ficará sujeito à sanção de multa:

26.2.1. Moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou da parcela não cumprida, calculada por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, até o máximo de 30% (trinta por cento) do contrato ou do seu valor estimado, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida;

26.2.2. Compensatória, aplicada de acordo com os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) recusar-se a efetuar o reforço de garantia contratual;

b) retardar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato, ressalvados os casos de aplicação exclusiva da penalidade de advertência;

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da licitação ou do valor contratado, para aquele que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) der causa à inexecução total do objeto do contrato.

26.3 Sem prejuízo da multa prevista neste Termo de Referência, o cometimento de infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeita o licitante ou contratado às seguintes sanções:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

PENA: advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - dar causa à inexecução total do contrato;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo

período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Teresina pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

26.4. Nas condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 26.3. deste Termo de Referência, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26.5. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

26.6 A penalidade resultante da aplicação do subitem anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

26.7 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.8 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.8.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.8.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.8.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

26.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.10 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.11 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

26.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar,

encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.13 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

26.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#).

26.15 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da legislação municipal.

26.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º do [Decreto Municipal nº 24.748, de 5 de setembro de 2023](#).

27. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

27.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem na contratação.

27.3. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a- sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b- sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c- não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

27.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

27.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

28. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

28.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

28.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM (Conforme inciso XLI, art. 6º, Lei nº 14.133, de 2021), considerando o valor unitário máximo do item previsto no Mapa Comparativo de Preços, ID [14164672](#).

28.1.2. É permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

28.2 A proposta deverá conter:

a- Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

b- Valor unitário e total do item, devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

c- Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SUPERVISÃO DE PROCESSAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA SEMA, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado.

d- A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

e- Critérios de Aceitação da Proposta: a Administração poderá requerer do licitante a qualquer tempo a comprovação da exequibilidade da proposta, que deve ser feita documentalmente evidenciando que o valor ofertado na proposta suficiente para cobrir todas as despesas de execução do serviço.

f- As propostas deverão ter validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM, na forma ELETRÔNICA, considerando o valor unitário máximo do item previsto no Mapa Comparativo de Preços, ID [14164672](#).

g- As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

h- As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

i- É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

j- A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

l- O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens os quais deseja concorrer.

28.3. Exigências de habilitação:

28.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

28.3.1.1. Habilitação jurídica:

a- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta [Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

f- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

i- Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

j- Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

l- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

28.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f- Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

28.4. Qualificação Econômico-Financeira:

28.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (**Decreto Municipal nº 23.847, de 2023**), ou de sociedade simples;

28.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

28.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

28.4.4. Será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item a ser comprovado conforme os 2 (dois) últimos exercícios financeiros. A exigência deverá ser comprovada de maneira cumulativa para todos os itens de participação do licitante. Caso a comprovação não venha a suprir todos os itens de participação do licitante e este venha a sagrar-se vencedor, restará habilitado apenas nos itens nos quais os percentuais contemplarem a exigência, sendo respeitada a ordem de cadastro da proposta da mais antiga para a última.

28.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

28.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

28.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

28.5. Qualificação Técnica:

28.5.1. Comprovação através de Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem a execução de serviços iguais ao objeto deste certame.

28.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma que atestem, o quantitativo percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do total do item. A exigência deverá ser comprovada de maneira cumulativa para todos os itens de participação do licitante. Caso a comprovação não venha a suprir todos os itens de participação do licitante e este venha a sagrar-se vencedor, restará habilitado apenas os itens nos quais os percentuais contemplarem a exigência, sendo respeitada a ordem de cadastro da proposta da mais antiga para a última.

28.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

28.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

29. DA FASE DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DOCUMENTAL:

29.1. A licitante detentora da melhor proposta ficará sujeita à fase de Avaliação Técnica Documental, de caráter eliminatório, destinada a aferir se os equipamentos ofertados atendem aos requisitos das especificações técnicas neste Termo de Referência. A fase não implica a apresentação de amostra física, mas sim de documentação técnica suficiente para demonstrar a plena capacidade da arrematante.

29.2. A empresa classificada em primeiro lugar será formalmente convocada pelo pregoeiro no sistema eletrônico do certame e terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para apresentar a seguinte documentação, sob pena de desclassificação:

1. Manual original do fabricante e demais documentos que comprovem as especificações técnica do item;

2. Tabela de comprovação das especificações técnicas, conforme modelo abaixo:

Item:

Fabricante

Marca:

Modelo:

Especificação Técnica: *Documento Técnico: **Página/Site

*Descrição:

*Descrição = característica do produto, conforme especificações neste instrumento.

**Documento técnico= tipo de documento em que está descrita a característica, ex.: manual.

***Página = página do documento técnico (catálogos, folders, prospectos, informes, manuais técnicos e outros meios de divulgação), em que está descrita a característica.

29.2.1. Se a documentação acima não for entregue no prazo estipulado, o licitante será desclassificado e o segundo colocado do

item poderá ser convocado, e assim sucessivamente.

29.2.3. A avaliação da documentação será realizada pela SEMEC, através da Divisão de Esporte da Gerência de Assistência ao Educando - GAE, que verificará a conformidade das informações dos documentos com as especificações constantes neste instrumento, bem como as consignadas na proposta apresentada pelo arrematante.

29.2.3. Caso haja divergência entre as características descritas pelo licitante e as disponibilizadas pelo fabricante (catálogos, folders, prospectos, informes, manuais técnicos e outros meios de divulgação), prevalecerão os informes do fabricante.

29.2.4. Todos os requisitos técnicos especificados deverão ser comprovados pela documentação técnica apresentada. A não comprovação das especificações técnicas exigidas importará a desclassificação da proposta do licitante.

29.2.5. Se a(s) documentações apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceitas, dando causa a desclassificação, será convocada (pelo pregoeiro através do sistema que acontece o certame) a próxima licitante respeitando a ordem de classificação, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

29.2.6. Após a avaliação documental será encaminhado Relatório de Avaliação das Documentações, no prazo de 3 (três) dias à Supervisão de Processamento de Contratações Públicas- SEMA, para continuidade do processo licitatório

30. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

30.1. Rescisão contratual, nos termos dos artigos 137, 138 e 155 da Lei 14.133/2021.

30.2. À CONTRATANTE cabe rescindir o Instrumento Contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a firma CONTRATADA inexecutar total ou parcialmente o que foi contratado, com o advento das consequências Contratuais e as previstas em Lei.

30.3. O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 138 da mesma lei.

30.4. Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

30.5. À SEMEC/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

- a- Descumprir as cláusulas contratuais;
- b- Executar o Contrato com irregularidade;
- c- Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
- d- Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
- e- Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- f- Por superveniente incapacidade técnica;
- g- For dissolvida a empresa.

30.6. A rescisão do Contrato também poderá ser:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da dispensa de licitação, desde que haja conveniência para a Administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

III - judicial, nos termos da legislação.

30.7. No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

30.8. No caso de rescisão do presente Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente ao equipamento fornecido, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS:

31.1. As normas disciplinadoras desta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

31.2. É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

31.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

31.4. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

31.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

31.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

31.7. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, por meio da Procuradoria Geral do Município - PGM e resolvidos de conformidade com o preceituado na **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, suas alterações posteriores e demais legislação vigente, Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, Decreto Municipal nº 24.006/2023.

31.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes deste Certame.

NAIRENE KARLA SILVA RODRIGUES
Gerente de Assistência ao Educando – SEMEC

Aprovo:

(Assinado Eletronicamente)
ISMAEL DO NASCIMENTO SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEC/PMT



Documento assinado eletronicamente por **Nairene Karla Silva Rodrigues, Gerente de Assistência ao Educando**, em 21/05/2026, às 09:46, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Ismael do Nascimento Silva, Secretário Municipal de Educação**, em 21/05/2026, às 10:12, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0** informando o código verificador **15416004** e o código CRC **43E14907**.

Referência: Processo nº 00044.018023/2025-96

SEI nº 15416004

Rua Areolino de Abreu, 1507 - Bairro Centro - - CEP 64000-180 - Teresina - PI
- <http://www.semec.teresina.pi.gov.br/>